

GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA

VOCÊ CONHECE SEUS IMPACTOS?'



- **Uma análise da AEPET**
- **Nova proposta**



AEPET

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

*“O estudo da Morgan Grenfell
mostra a inviabilidade do projeto do
Gasoduto. A Technoplan considerou o
projeto de “alto risco e elevada
complexidade.”*



INTRODUÇÃO

No próximo dia 17 de agosto termina o prazo para a Petrobrás se desobrigar ou repactuar as condições contratuais estabelecidas com a YPFB (estatal boliviana de petróleo) para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Da maneira como o projeto foi concebido originalmente, o Gasoduto é antieconômico, além de conter elevados riscos. A AEPET considera que levar o projeto à frente com as indefinições e sem uma análise mais aprofundada que contemple outras alternativas é uma temeridade. Significa jogar o País e a Petrobrás numa aventura.



1. O ACORDO

O Brasil e a Bolívia, através de seus presidentes, assinaram, a 17 de fevereiro de 1993, uma declaração conjunta autorizando o contrato de fornecimento de gás entre a Petrobrás e a YPFB, após 18 anos de negociações.

Breve histórico: No ano de 1938, o governo brasileiro começou a negociar a importação de combustíveis daquele país, porque ainda não produzia petróleo. O então presidente do Brasil, Getúlio Vargas e o general German Busch, presidente, na ocasião, da Bolívia, imaginaram realizar a exploração das jazidas em “joint venture” de governo a governo. Pouco tempo depois, com a morte do presidente boliviano, o projeto foi extinto. Outras arremetidas foram feitas pela Gulf, que se tornara concessi- onária das jazidas, mas foram recusadas pelo nosso governo, já produtor de petróleo, porque o custo, manutenção e riscos do projeto deixariam inseguro o abastecimento nacional. As propostas da Gulf foram repudiadas sobretudo pelo Conselho de Seguran- ça Nacional.

Em 26 de novembro de 1991, a Petrobrás firmou uma Carta de Intenções sobre o processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e o Ministro de Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia visando a compra de gás natural boliviano, num volume inicial de 8 milhões de m³/dia. Nessa época, era presidente do Brasil, Fernando Collor, que esteve na Bolívia dando garantias à construção do Gasoduto.

Em 17 de fevereiro de 1993, o contrato de compra e venda de gás natural foi assinado entre a Petrobrás e a YPFB, incluindo cláusulas convencionais referentes a direitos e obrigações de ambas as partes e estabelecendo como condição suspensiva a não obtenção de financiamento, conforme o projeto conceitual, no prazo de 18 meses de sua assinatura - a vencer no dia 17 de agosto deste ano - embora esse prazo pudesse ser prorrogado pelas partes contratantes, como está acontecendo.

O contrato, com prazo de 20 anos, prevê que a Petrobrás, que detém o monopólio do transporte do gás por duto, compre da YPFB as reservas de gás provadas, prováveis e possíveis, de volumes a descobrir. O cronograma de execução prevê um volume inicial de 8 milhões de m³/dia de gás natural, volume que passará a 16 milhões de m³/dia, num prazo de sete anos, com a quantidade diária garantida de 15,2 milhões de m³/dia.

O gasoduto será administrado por uma empresa mista - provavelmente a Brazil Gas Company - na qual a Petrobrás deterá 51% do capital votante. Há poucas empresas estrangeiras interessadas em compor os restantes 49%, entre as quais a British Gas, a BHP, a Tenneco e a Enron. Esta, aliás, será a parceira da YPFB no projeto do lado boliviano. O contrato foi assinado sob a forma de “joint venture”, com 60% da estatal da Bolívia e 40% da companhia norte-americana. A rede de dutos do lado boliviano terá 577 km de extensão e exigirá US\$ 400 milhões.

A Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD) criou a empresa Sociedade Privada de Gás (SPG) com o objetivo de viabilizar a participação da iniciativa privada no investimento. Com mais de 40 empresas a ela integradas, a SPG vem tentando administrar o interesse do empresariado privado na obra, o que, pelos passos mais recentes do projeto, já se encontra comprometido.

2. AS RESERVAS

- a) Até mesmo o superintendente do Grupo Executivo para Viabilização do Projeto de Gás da Bolívia (GASB), Luiz Carlos de Lemos Costamilan, trabalha a perspectiva das reservas bolivianas não serem suficientes, afirmando que, caso isto aconteça, “existem provisões específicas que asseguram o direito de passagem por território boliviano do gás natural proveniente de outros países”. De acordo com a International Petroleum Engineers Consultants England (estudo de dezembro/90), “o volume de reservas não é suficiente para honrar sequer o volume contratado com a Petrobrás.” No ano de 1993, a própria diretoria da Petrobrás criticou o projeto porque custaria US\$ 81 milhões a mais do que um outro gasoduto que cruzasse o Paraguai e entrasse em território brasileiro pelo Paraná.
- b) O GASB indica que as reservas provadas na Bolívia são de 118,5 bilhões de m³, em campos existentes, superando as quantidades contratadas de 96,2 bilhões de m³. Quanto às reservas prováveis e possíveis, as mesmas totalizam 48,1 e 135,8 bilhões de m³. O GASB confunde volumes a descobrir (inferidos) com reservas possíveis (reservas com baixo grau de certeza). Segundo o GASB - Revista eletricidade Moderna no 243 - a Bolívia teria 135 bilhões de m³ de reservas possíveis, quando, na realidade, estas alcançam apenas 14,3 bilhões de m³ (YPFB, Relatório de Reservas - 1/01/94). A Bolívia mantém o contrato de fornecimento de gás para a Argentina, chegando a 6 milhões de m³/dia, sem compromisso formal de encerramento. Além disso, a Bolívia assinou, recentemente, convênio com o Paraguai para fornecer 3 milhões de m³/dia de gás. Em breve deverá comercializar também para o Chile.
- c) O relatório de reservas da YPFB, de 1 de janeiro de 1992, apresenta uma reserva provada de 87,531 bilhões de m³ e provável de 54,001 bilhões de m³, totalizando 141,532 bilhões m³. O relatório de reservas, de 1 de janeiro de 1994, apresenta 123,3 bilhões de m³ como provadas; 55,7 bilhões de m³ como prováveis, perfazendo um total de 179,0 bilhões de m³ de reservas provadas, 94,46% maior do que as reservas provadas em 1991.
- d) A Bolívia consumirá cerca de 22 bilhões de m³ de sua reserva até o início do fornecimento ao Brasil e por mais de 20 anos de contrato, sem considerar o aumento do consumo boliviano nos próximos 23 anos e o volume de gás atualmente queimado (aproximadamente 1,1 bilhão m³/ano). O contrato com a Argentina consumirá 6,5 bilhões de m³, considerando apenas os próximos três anos.
- e) Os técnicos da Petrobrás tiveram acesso aos relatórios de certificação de reservas bolivianas apenas por duas semanas (“duas semanas não dão para checar reserva nenhuma”, admitiu Costamilan). Os relatórios foram realizados pelas empresas International Petroleum Engineering Consultants Limited (IPEC) e Integrated Technology (IT), contratadas pela YPFB, com recursos do Banco Mundial. A certificação das reservas bolivianas só poderia ter sido feita pela compradora, a Petrobrás. Entre 1991 e 1992 houve um acréscimo considerável nas reservas, sem explicações convincentes.
- f) As reservas provadas, prováveis e possíveis, na Região Sudeste brasileira são da ordem de 117 bilhões de m³.



- g) O Relatório da Sociedade Privada de Gás - SPG - diz: “se, por exemplo, for constatado que as reservas de gás natural são insuficientes, a viabilidade econômica do gasoduto, das usinas termelétricas a gás e das redes de distribuição estaria efetivamente comprometida e, da mesma forma, se a eletricidade gerada nas usinas termelétricas não puder ser vendida, a economia do gasoduto e dos investimentos utilizados no desenvolvimento dos campos de gás será, no final das contas, afetada adversamente”.
- h) As reservas insuficientes resultam em problemas graves quanto à capacidade da Bolívia de ajustar sua curva de produção aos compromissos assumidos.

**“ Os riscos do Gasoduto
Brasil-Bolívia, como reservas não
suficientes e dificuldades em vender o
gás, são todos da Petrobrás, o que
significa do governo do Brasil;
ou, pior ainda, de sua
população sofrida. ”**



3. A DEMANDA

No Governo Collor foi levantada uma demanda de gás para o Sul/Sudeste na faixa de 44 milhões de m³/dia até o ano 2000.

Cabem aqui duas observações:

- a) O Governo Collor pretendia liquidar a Petrobrás, conforme declarado por vários de seus ministros, o último deles, o ministro João Santana, de triste memória.
- b) Não houve uma metodologia técnica para este levantamento. Simplesmente foi perguntado a consumidores de energia se preferiam usar gás ao invés do energético atual. Todos os que disseram sim foram considerados, sem nenhuma análise de viabilidade técnica e econômica, ou preocupação com a otimização da matriz energética do País.

Assim, chegou-se a uma estimativa de consumo de 18 milhões m³/dia, só no ano de 1995, quando a realidade é bem diversa. Hoje as regiões Sudeste/Sul consomem 5,5 milhões m³/dia, menos de 1/3 do previsto.

A Petrobrás tem disponível ainda cerca de 2 milhões de m³/dia, que não fornece por falta de demanda (há poços de gás não associado fechados na Bacia de Campos). No ano de 1997, quando o gasoduto deveria entrar na primeira fase, a Petrobrás terá uma oferta de 10,5 milhões de m³/dia nas Regiões Sul e Sudeste que, somada aos 8 milhões da Bolívia, chegaria ao valor de 18,5 milhões de m³/dia. Isto significa um crescimento de mais de 100% ao ano, inédito na história do gás no mundo. Basta lembrar que os países em que mais cresceu o consumo/demanda no mercado de gás, no mundo, foram Japão e França, com cerca de 30% ao ano; este crescimento se deveu muito à utilização do gás para calefação, o que não é o nosso caso. Além do mais, lá havia rede de distribuição. Nós não a temos. Os investimentos previstos pelas companhias distribuidoras para a sua rede são da ordem de US\$ 2 bilhões.

Isto, para atender consumidores que hoje já estão atendidos. Será que as Companhias não teriam obras mais urgentes onde aplicar esta fortuna?

Esta deve ser a razão porque não se consegue assinar a garantia de fornecimento ("take or pay") das companhias estaduais com a Petrobrás, embora a Petrobrás já tenha assinado com a Bolívia.

4. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO

- a) A COMGAS não tem condições de adequar a malha de distribuição de gás de nafta para o gás natural a curto prazo. A adequação exige aumento de pressão do sistema, devido à diferença de poder calorífico, além de controle dos equipamentos domésticos para evitar a possibilidade de vazamentos nas juntas.
- b) A política tarifária ainda não foi equacionada. Houve um aumento recente do preço do óleo combustível em cerca de 30%, em todo o País, para viabilizar o gás da Bolívia que atenderá apenas a 7 estados beneficiados.
- c) O Brasil importa GLP (gás liquefeito de petróleo, utilizado em butijões) e diesel, e tem excesso de gasolina (atualmente exportada) e óleo combustível.

d) O GLP, subsidiado, é vendido aos consumidores residenciais por cerca de US\$ 8.00/ milhão de BTU.

O gás natural seria importante para substituir a importação de GLP, no uso doméstico, e do diesel, para transporte de ônibus e caminhões. No entanto, torna-se atrativo para as distribuidoras estaduais apenas nas aplicações industriais, substituindo o óleo combustível. Isto exigiria investimentos em unidades de coque nas refinarias ou exportação do produto, de baixo preço no mercado, não racionalizando os recursos da matriz energética do País.

e) A estimativa de preço do gás natural boliviano é de:

Local	US\$/milhão de BTU
Bolívia	cerca de 0,90 (fórmula contratual, na boca do poço)
Cias. estaduais de gás	2,80
Consumidor	ver tabela abaixo

A tabela do COMGÁS, implantada a partir de 1o de julho/94, publicada pelos jornais, define os preços por faixa de consumo:

Classes	Preços
até 5m ³ por mês	R\$ 20,94/milhão de BTU
de 6 a 50m ³ /mês	R\$ 20,82 a R\$ 19,25/milhão de BTU
de 51 a 130m ³ /mês	R\$ 19,23 a R\$ 17,16/milhão de BTU
de 131 a 1.000m ³ /mês	R\$ 17,13 a R\$ 11,79/milhão de BTU
de 1.001 a 5.000m ³ /mês	R\$ 11,52 a R\$ 10,46/milhão de BTU
de 5.001 a 50.000m ³ /mês	R\$ 9,92 a R\$ 6,30/milhão de BTU
de 50.001 a 300.000m ³ /mês	R\$ 6,17 a R\$ 4,30/milhão de BTU
de 300.001 a 500.000m ³ /mês	R\$ 3,89 a R\$ 3,72/milhão de BTU
de 500.001 a 1.000.000m ³ /mês	R\$ 3,57 a R\$ 3,45/milhão de BTU
acima de 1.000.000m ³ /mês	R\$ 3,45/milhão de BTU

Obs.: Atualmente a Petrobrás vende o produto nacional às companhias estaduais por US\$ 2,15/milhão de BTU, o que implica em mais subsídios, inviabilizando o gasoduto, ou em aumento do preço do produto no mercado onerando o consumidor nacional.

O contrato Petrobrás YPFB prevê reajustes trimestrais, de acordo com preços médios diários de uma cesta de óleos combustíveis.

f) O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Gás Canalizado (ABEGAS), Appolônio Neto, declarou, em 1992, quando presidente da COMGÁS, na



Gazeta Mercantil, de 1 de outubro daquele ano, que “os contratos entre as distribuidoras e a Petrobrás só serão assinados se forem dadas garantias de colocação do gás no mercado interno a preços competitivos em relação ao óleo combustível”. Segundo ele, as distribuidoras receberão o gás a US\$ 2,8/milhão de BTU no “city-gate” (na porta da empresa de distribuição), pois, acrescidos os custos de entrega, ICMS e margem das distribuidoras, o produto chegaria às indústrias a US\$ 3,45 ou US\$ 3,50/milhão de BTU. O óleo combustível no mercado pode ser obtido a US\$ 2,50/milhão de BTU (hoje está a US\$ 3,00). Isto inviabilizaria o gasoduto ou obrigaria a Petrobrás a subsidiar a importação do gás boliviano através de compensação de seus derivados, onerando a economia popular.

- g) A Petrobrás construiu um gasoduto interligando a Bacia de Campos a São Paulo designado por GASPAL, com capacidade inicial para transferência de 3 milhões de m³ por dia, chegando a 5 milhões de m³ com unidade de compressão em Roseira e Volta Redonda.

Até hoje, a COMGÁS não conseguiu consumir o gás contratado. Em 1993, foi colocado em operação o gasoduto que interliga o campo de Merluza a São Paulo, designado por GASAN, com fornecimento inicial de 700 mil m³ por dia. Este campo, pertencente à PECTEN, subsidiária da SHELL, único resultado dos contratos de risco, possui um contrato com a Petrobrás do tipo “take or pay”, isto é, paga-se a quantidade contratual, consumindo-a ou não. Devido a esse fato, a Petrobrás mantém fechados alguns poços de gás na Bacia de Campos, com produção perdida de cerca de 2 milhões de m³/dia.

- h) Na Bahia existem 600.000 m³/dia de gás em disponibilidade, com possibilidades, caso realizados os investimentos previstos, de chegar a 1,2 milhão de m³/dia. Segundo o DEPRO - Departamento de Produção da Petrobrás -, os projetos em andamento na Região Sudeste, com perspectivas até 1998, darão um acréscimo de produção de gás natural da ordem de 6,5 bilhões de m³/dia.

“A Comgás já deveria estar comprando 3 milhões de m³/dia do gás brasileiro e não está conseguindo cumprir o contrato. Assim, a Petrobrás mantém fechados alguns poços de gás na Bacia de Campos, com produção perdida de mais de 2 milhões de m³/dia.”



5. INVESTIMENTOS

- a) Segundo o prospecto publicado pelo GASB os gasodutos (Rio Grande (Bolívia)-Puerto Suarez, Corumbá-Campinas, Campinas-Guararema, Campinas-Curitiba, Curitiba-Itajaí, Itajaí-Criciúma, Criciúma-Porto Alegre, Rio de Janeiro-Belo Horizonte), perfazem 3417 km, com diâmetros entre 28 e 14 polegadas, sendo 563 km na Bolívia, compreendendo 14 estações de compressão (157.100 HP), das quais três na Bolívia (45.600 HP), com um prazo estimado de 30 meses para construção e montagem, e início do fornecimento no segundo semestre de 1996. O investimento total será de US\$ 2 bilhões, dos quais US\$ 400 milhões no trecho boliviano. O investimento na Bolívia mais o da Petrobrás e o das companhias distribuidoras estaduais, perfaz o montante de cerca de US\$ 6 bilhões.
- b) A vazão de 8 milhões de m³/dia de gás natural equivale a 50.000 barris de petróleo por dia, a um custo de US\$ 6 bilhões. Cabe lembrar que o investimento total (plataforma Petrobrás-XVIII, desenvolvimento do campo, perfuração, completação dos poços, sistema de escoamento, etc) do Campo de Marlim, que produzirá 100.000 barris de petróleo por dia, mais 1 milhão de m³ de gás, custou US\$ 1 bilhão, 12 vezes mais barato. E a Petrobrás tem diversos projetos semelhantes em carteira. Por exemplo, o módulo 2 de Marlim propiciará a produção de 150 mil barris/dia e custará US\$ 585 milhões. Enquanto estes projetos consolidarão a fase atual da Petrobrás de obtenção de rendimentos crescentes e de custos decrescentes de escala e de escopo, o gasoduto fragilizará econômica e financeiramente a empresa e provocará uma radical inflexão em seus ganhos de produtividade.
- c) A quantia investida no Gasoduto da Bolívia comprometeria o próximo governo, o que não justifica ser assinado pelo governo atual.
- d) O Secretário Nacional de Energia, Eugênio Mancini, declarou à Gazeta Mercantil, em 1.10.92, que o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que estariam dispostos a financiar o projeto, consideram “mais seguro que a construção fique a cargo do governo”. Lembrou que a obra do gasoduto é apenas uma parte do programa de importação do gás natural. “A cada dólar investido no gasoduto outros US\$ 3 a US\$ 4 serão investidos em obras no setor, como a geração através de termoelétricas”, afirmou.
- e) Os investimentos totais previstos são:

Da Bolívia

- investimentos em novas descobertas: US\$ 1,2 bilhão
- desenvolvimento da produção: US\$ 700 milhões
- gasoduto-trecho boliviano: US\$ 400 milhões

Da Petrobrás

- US\$ 1,6 bilhão

Das companhias estaduais

- US\$ 2 bilhões
 - Os investimentos em termoeletricas seriam, pelo item d, da ordem de US\$ 8 bilhões.
- f) Existe uma alternativa da ENRON para fornecimento inicial de 10 milhões m³/dia, chegando a 15 milhões m³/dia, em três anos, e construindo o gasoduto somente até São Paulo. Prevê-se a construção de diversas usinas termoeletricas a gás, especialidade da ENRON. Esta solução deixa o Sul fora do gás da Bolívia.

6. MATRIZ ENERGÉTICA

Fala-se na mídia que a participação do gás na matriz energética mundial é de 20% e no Brasil é só de 2%.

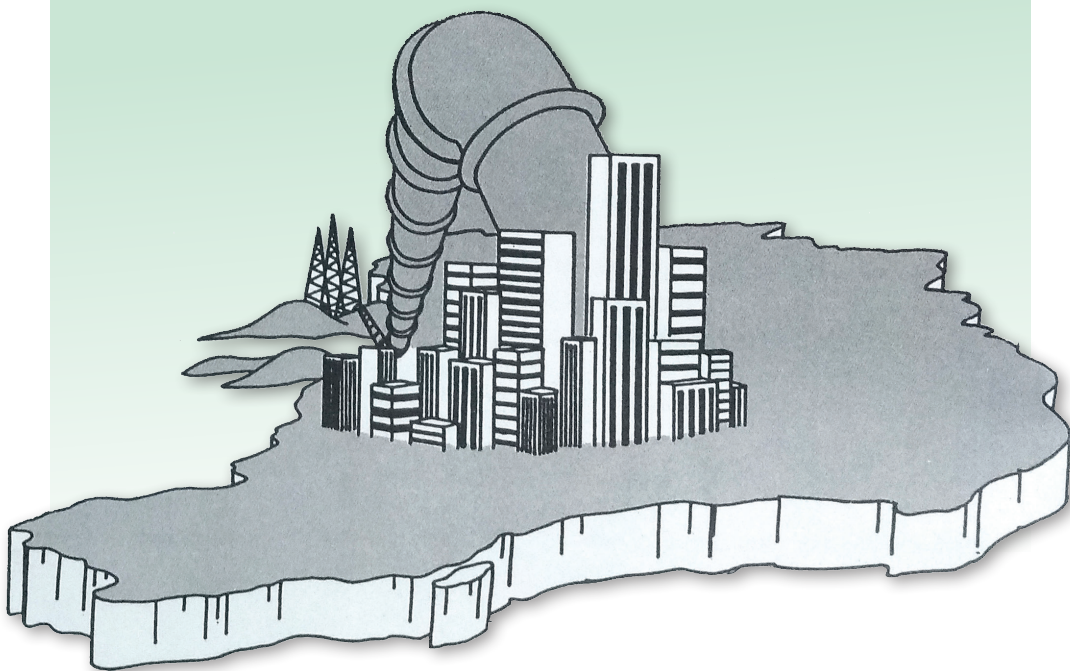
Existem três fatores a considerar nestas afirmativas:

- a) A metodologia de cálculo usa critérios diferentes dos usados internacionalmente. Se usados os parâmetros internacionais de cálculo, a participação do gás cresce para 4,7% no Brasil.
- b) Os países industrializados do Norte usam largamente o gás para calefação, já que o inverno, durante boa parte do ano, assim o exige. Esta demanda atinge cerca de 50% da demanda global de gás. Então a demanda comparável cai de 20% para 10%.
- c) Alguns desses países têm maior produção de gás (exemplo: EUA e Rússia) do que de líquidos.

Portanto, a comparação real da participação do gás seria 4,7% no Brasil contra 10% nos países desenvolvidos, já que o Brasil não usa gás para calefação. Cabe lembrar que a Argentina tem muito gás e pouco óleo e apenas 4% de energia provinda de hidroeletricidade. É portanto desejável e lógico que o gás argentino tenha elevada participação. Cada país deve otimizar seus recursos disponíveis, segundo suas necessidades e características.



“A venda do gás boliviano às companhias estaduais está sendo negociada nas condições contratuais assumidas pela Petrobrás perante a YPFB - “take or pay”. As companhias estaduais não estão aceitando a condição, o que é a prova mais cabal da inexistência de demanda.”



7. OPINIÃO DE EXPERTS - RISCOS

Segundo o Dr. Sadek Boussena, ex-ministro da OPEP, em sua palestra no dia 13.07.94, na Petrobrás, não se faz um contrato para compra de gás sem exclusividade das reservas, como no caso boliviano que continua fornecendo à Argentina, tem consumo próprio e está cogitando um gasoduto para o Chile. O Dr. Sadek Boussena, em sua palestra para a Administração superior da Petrobrás (Grupo I), respondendo a uma pergunta do Superintendente do Grupo Executivo para Viabilização do Projeto de Gás da Bolívia, Luiz Carlos de Lemos Costamilan, afirmou que o preço de óleo cru em torno de US\$ 18,00/barril inviabiliza novos projetos de importação de gás natural.

O Dr. Sadek Boussena declarou ainda ser altíssimo o risco de um país investir tanto dinheiro num projeto desta magnitude para comprar gás, cujas reservas estão em outro país. O Dr. Boussena foi ministro da OPEP e Ministro da Argélia.

O Grupo Morgan fez um estudo do gasoduto Brasil-Bolívia, encomendado pela Mendes Júnior, e considerou o projeto inviável economicamente.

A Technoplan, contratada pelos defensores do gasoduto, para um estudo completo sobre o mesmo, considerou o projeto de “alto risco” e elevada complexidade.

8. VIABILIDADE DO PROJETO

A gerência financeira do projeto foi entregue ao C.S. First Boston num processo de contratação controvertido. O C.S. First Boston é o mesmo banco que apresentou ao governo Collor um plano de privatização gradativa da Petrobrás, começando pela venda das subsidiárias. O Boston calculou, via manipulação de dados, uma taxa de retorno de 18% ao ano para o gasoduto. Especialistas da Petrobrás analisaram o projeto e encontraram a taxa de 10,4% ao ano.

A Technoplan encontrou a taxa de 12% ao ano para o financiamento com todas as despesas incluídas. O gasoduto, conforme vem sendo conduzido o projeto, não se pagará nunca.



*“ Um contrato para compra
de gás exige exclusividade de reserva.
A Bolívia, além de consumir seu próprio
gás, o fornece para a Argentina.
Recentemente assinou contrato de
fornecimento com o Paraguai e,
em breve, irá fazer o mesmo
com o Chile. ”*



9. DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA

A imprensa noticiou, na semana passada, que a ENRON, empresa norte-americana se “associou” com a Bolívia para empreendimentos de gás. Inclusive, todos os membros da YPF que negociaram com a Petrobrás foram substituídos. Foi noticiado, também, que a ENRON vai importar gás do Peru para a Bolívia e, de lá, vendê-lo ao Brasil. Esta “intermediação” da ENRON criaria um vínculo desnecessário ao País, pois cerceará eventuais negociações diretas com o Peru. Isto significa uma grave dependência energética: vamos deixar de depender de petróleo importado do Oriente Médio para importar o gás de uma única empresa Norte-Americana. No caso do óleo, podemos diversificar a compra. Podemos comprar do Irã, do Iraque, do Kuwait, da Arábia Saudita, do México, da Venezuela, etc. Em todos estes casos existem possibilidades de contrapartidas de produtos brasileiros. A mesma diversificação ou “independência” é conveniente para o caso do gás natural. A Gazeta Mercantil de 2/8/94 noticia que a Bolívia quer aumentar a participação no lado brasileiro de 4% para 49%, além de tentar renegociar os preços. Já é o “efeito ENRON”.

10. O “OVO DE COLOMBO” PARTICIPAÇÃO PETROBRÁS/SUBSIDIÁRIAS

A participação da Petrobrás no projeto mostra claramente que uma das finalidades do gasoduto é a quebra do monopólio estatal de petróleo.

A idéia é criar uma subsidiária em que a Petrobrás detenha 51% do capital com direito a voto (que pode ser 17% do capital total, já que as ações ordinárias com direito a voto podem ser de apenas 1/3 do capital total, como querem alguns entreguistas que pretendem alterar a Lei no 2004). Esta subsidiária constrói o Gasoduto e fica encarregada de transportar inicialmente 8 milhões de m³ de gás no início e 16 milhões de m³ de gás após o 7º ano, durante vinte anos. Tenha ou não gás, tenha ou não mercado consumidor, ela recebe por volume contratado. Cabe a Petrobrás os riscos da não existência das reservas ou da dificuldade de vender o gás.

Mas, para garantir as exigências do Banco Mundial ainda se cria uma empresa boliviana que comande o complexo e na qual a Petrobrás deterá cerca de 20% do capital votante.

“Na média, a Petrobrás fica com 45%” e todos os riscos do empreendimento “de alto risco”. Junta-se isto ao fato de que o sistema financeiro internacional só empresta se houver separação “em termos institucionais entre as duas áreas”. Nota-se um empenho muito forte em atropelar a Constituição e a Lei no 2004. Aliás, existe um grupo no Ministério de Minas e Energia, de petroleiros, trabalhando diuturnamente neste sentido, em coordenação com grupo similar dentro da Petrobrás. E o pior, ganhando salário da empresa.



“ ‘Na média, a Petrobrás fica com 45%’ e todos os riscos do empreendimento “de alto risco”. Junta-se isto ao fato de que o sistema financeiro internacional só empresta se houver separação “em termos institucionais entre as duas áreas”. Nota-se um empenho muito forte em atropelar a Constituição e a Lei nº 2004. Aliás, existe um grupo no Ministério de Minas e Energia, de petroleiros, trabalhando diuturnamente neste sentido, em coordenação com grupo similar dentro da Petrobrás. E o pior, ganhando salário da empresa. ”



11. A GERAÇÃO DE ENERGIA POR TERMOELÉTRICAS

Algumas conclusões da TECHNOPLAN:

“Vale ressaltar que só se terá definição concreta sobre o Gasoduto após a realização dos estudos previstos no protocolo Eletrobrás/SPG e que só estarão concluídos ao final de 1994. Nos estudos serão considerados os seguintes aspectos: panorama dos setores Sul/ Sudeste/Centro-Oeste do sistema elétrico, aspectos econômicos do setor de geração, compatibilidade entre os sistemas elétrico e a gás.”

Uma questão polêmica é o fator de capacidade. As concessionárias querem o máximo de flexibilidade para queimar o gás só nos períodos de seca, evitando queimar gás com excesso de água nos reservatórios. Os fornecedores de gás querem as termoeletricas em regime de base. “Torna-se extremamente complicado armazenar gás da Bolívia para só usar nos períodos de seca. Existe coincidência entre os ciclos de consumo de gás e de eletricidade, tanto em nível horário como sazonal”, diz Daniel Sahagoff, da COMGÁS.

Considerando que o custo financeiro da geração termoeletrica atinge a US\$ 65/ de deixar MWh, “nenhum autoprodutor privado vai deixar de pagar US\$ 30/MWh para começar a pagar US\$ 65/MWh, que seria o custo da energia nova. Pelo baixo custo das tarifas impostas pelo governo, não vemos como as concessionárias estatais possam conseguir recursos para estes investimentos.” Portanto, é importante o uso do gás em geração termoeletrica. Mas muita coisa tem que ser analisada e compatibilizada.

12. CONTRATO E A (IN)GERÊNCIA FINANCEIRA DO C.S. FIRST BOSTON

- a) Em 17 de fevereiro de 1993, na Bolívia, foi assinado um contrato de compra de gás natural entre a Petrobrás e a YPFB. O contrato pode ser suspenso pois há uma cláusula que estabelece um prazo de 18 meses da assinatura para a obtenção, pela Petrobrás, do financiamento e comprovação da rentabilidade do projeto. O prazo se encerra em 17 de agosto de 1994. O interesse de empresas estrangeiras é muito aquém do esperado.
- b) Em 1993, sob pressão forte do governo e do Banco Mundial, foi assinado um contrato entre a Petrobrás e o C.S. First Boston, sem a necessária licitação, para conduzir a engenharia financeira do projeto sob o argumento de que seria ele o detentor de singular capacidade técnica.

O Boston não detém a singularidade pois é sua a exigência de que sejam, por ele contratados, terceiros consultores às expensas da Petrobrás.

Esta é a mais veemente negação de que exista a singularidade do Boston, capaz de dispersar a competição e afastar o dever de licitar. Para permitir estas e outras subcontratações, o contrato celebrado com o Boston permite reembolsos de até US\$ 150.000, podendo este valor ser ultrapassado, mediante prévio acordo. Isto afronta a Lei 8666/93 que disciplina, também, os contratos resultantes da inexigibilidade. A Lei prevê que as despesas operacionais já estejam cobertas pelo preço, que, no caso, pode



chegar a US\$ 14,5 milhões. Qualquer despesa adicional deveria ser previamente definida no contrato e não ficar a critério do Boston, que terá tudo reembolsado, exceto o salário dos seus empregados.

c) Mesmo dez meses antes da formalização do seu contrato, o Boston já iniciava as suas tarefas, tendo acesso a todas as informações sensíveis da Petrobrás, pois precisava ter elementos de convencimento para abordar os potenciais sócios.

O que há de singular neste banco é a sua obstinada intromissão nos assuntos internos do Brasil, pois ainda no “Bolo de Noiva”, quando Collor nem havia assumido, já recebia um plano mestre de privatização da Petrobrás, fornecido pelo C.S. First Boston.

Não fôra isto o bastante, o seu contrato contempla uma cláusula pela qual sempre que o Boston for acionado ou tiver que indenizar alguém, em função dos atos praticados no exercício das funções atribuídas a ele, será indenizado pela Petrobrás, o que é rigorosamente inconstitucional, pois ninguém será privado de ver uma lesão ou ameaça ao seu direito apreciada pelo judiciário, muito menos a Administração Pública Indireta, que não tem a livre disposição de seus bens e direitos para transacionar com o patrimônio da sociedade brasileira.

d) O monopólio do petróleo e a Petrobrás, como sua executora, ficou ameaçado com a obtenção do financiamento pois o C.S. First Boston condicionou o financiamento à quebra do monopólio para que a iniciativa privada pudesse participar do investimento. Não há dúvidas sobre a influência neste assunto dos “lobbies” praticados pelas empresas multinacionais e seus defensores brasileiros, como a FIESP, a CIESP, a FEBRABAN, o Instituto Atlântico, o Instituto Liberal, a dupla de professores da UFRJ e outros, durante o recente processo da Revisão Constitucional.

e) O Ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, disse, em reunião na ABDIB, em São Paulo, que “não é para se deter em tecnicidades e que assinará o contrato no dia 17 de agosto”, e vai abrir parcerias.

Tais parcerias se dariam com a criação da Intergás, subsidiária da Petrobrás, o que exige autorização do Congresso Nacional. Para contornar a necessária autorização legislativa, seria mudado o objetivo e a razão social da Petrofertil para Intergás, empresa da qual 49% pertenceriam ao Grupo de Desenvolvimento do Projeto (GDP), formado por grandes empresas internacionais de petróleo e gás.

Aquela parceria destinava-se apenas a transportar o gás da fronteira até as distribuidoras estaduais, sendo remunerada com a tarifa de US\$ 1,80 por milhão de BTU. Depois o gás seria vendido pela Petrobrás.

f) A receita advinda do transporte do gás seria destinada, primeiramente, ao pagamento das dívidas com os bancos e agências multinacionais. Em segunda prioridade, recebiam os sócios privados. Só depois, então, é que a Petrobrás receberia o saldo.

Tal mecanismo garante o resultado ao GDP (sócios em 49%), sem risco algum, enquanto os ônus, as incertezas das reservas e da demanda, a responsabilidade, seria toda da Petrobrás. Criou-se desse modo, num rasgo de genialidade dos arautos do livre mercado, um autêntico Separador de Bônus e Ônus, estes para a Petrobrás, aqueles para os sócios da Intergás.

Além disto, os sistemas de dutos da área abrangida pelo Projeto seriam entregues para integralizar os 51% da Petrobrás, em avaliações depreciadas, ao estilo do “fluxo

de caixa descontado”, método de avaliação questionado pelo Procurador-Geral da República em todas as privatizações.

A ousadia do Boston não se detém diante do monopólio, constitucionalmente assegurado, pois o artigo 177 da Carta Magna, em seu parágrafo 1o, veda a cessão de qualquer tipo de participação nos resultados decorrentes das atividades nele mencionadas (incisos de la V, do artigo 177, da CF/88).

O consultor foi mais longe ainda do que nos contratos de riscos (pressuposto do lucro). Naquele tempo, os estrangeiros corriam risco. Agora têm resultado sem risco que é totalmente assumido pela Petrobrás.

- g) Na visão do GASB, o GDP traria “credibilidade perante a comunidade financeira internacional”. Vale dizer: é por aqui que a porteira está aberta para a pilhagem. Semelhante proposta se feita pelos executivos do GDP para ser implementada empresas (parcerias com assunção dos riscos para si e resultados garantidos para os parceiros) acarretaria a sumária demissão, sem qualquer análise. No entanto, aqui o Ministro das Minas e Energia - Alexis Stepanenko - afirma, em reunião, na sede da ABDIB, que “não devemos nos deter em tecnicidades”. Claro, pois se buscada a racionalidade do projeto será inevitável a conclusão pela sua inviabilidade, como, aliás, conclui o estudo encomendado ao Morgan Grenfell, pela Mendes Júnior, interessada em saber se compensava lutar por um lugar ao sol, antes de adentrar em despesas de lobby.
- h) A Petrobrás, ao contrário, fechou a compra do gás boliviano há 18 meses atrás, sem que até hoje tenha conseguido vendê-lo às companhias estaduais, exceto à GASMIG que será suprida pelo gás de Campos, embora se tenha levado o presidente Itamar Franco a crer que Minas Gerais dependeria do gás da Bolívia.
- i) O Conselho de Administração da Petrobrás recomendou que na venda do gás boliviano às companhias estaduais se repassasse o preço em moeda estrangeira e todas as condições assumidas pela Petrobrás perante a YPFB (take or pay). Exatamente este é o empecilho, já que as companhias estaduais se recusam, peremptoriamente, a aceitar os mesmos termos pactuados com a YPFB, o que é a prova mais cabal da inexistência da demanda.
- j) A Argentina prorrogou por mais três anos a compra do gás boliviano, o que nos retira a exclusividade e aumenta a incerteza de que as reservas bolivianas sejam suficientes para justificar a construção de um gasoduto de 3.400 km. Com esta prorrogação, os bolivianos podem repactuar prazos e condições conosco. Se a YPFB não está mais premida como antes, quais seriam os interesses determinantes da manutenção das condições e dos prazos insustentáveis?
- l) A Petrobrás pode exercer o direito de romper o contrato ou repactuar as cláusulas com a YPFB, até 17/08/94. Daí em diante não poderá mais se desobrigar, salvo mediante perdas e danos que serão arbitrados em Nova York. Por aí se vê quem manda neste negócio! O que faculta à Petrobrás rescindir o contrato é a circunstância de não se haver concluído o pacote financeiro, cuja execução foi confiada ao Boston.
Se não foi fechada a venda aos Estados, salvo Minas Gerais que não consumirá gás boliviano, é claro que não pode existir financiamento sem fluxo de caixa garantido.



- m) Assim, a Petrobrás perde o poder de escolher a melhor forma de importar o gás para desenvolver o País, permanecendo atada ao modelo concentrador de energia tão caro aos sócios, mas que nada tem a ver com o monopólio criado para induzir o desenvolvimento em todo o território nacional, conforme o princípio consagrado na Constituição de 88 da diminuição das desigualdades regionais.

13. A POSIÇÃO DO BIRD

Ao tratar do assunto Gasoduto Brasil-Bolívia, o BIRD fez um relatório sem considerar as sugestões da Petrobrás, fazendo uma análise do setor que foi considerada inadequada, pela diretoria da estatal. Dos três cenários sugeridos, dois propunham o término do monopólio do petróleo. O BIRD afirma que “a manutenção do monopólio estatal representa enorme obstáculo para o desenvolvimento da indústria do gás no Brasil. “Mesmo no cenário em que o Banco considera a manutenção do monopólio, é proposto que a Petrobrás seja obrigada, por lei, a transportar o gás natural adquirido diretamente pelos consumidores do Brasil junto aos exportadores na Bolívia ou Argentina.”

Propõe ainda o BIRD, que a Petrobrás deva ser impedida de ter participação nas empresas de distribuição de gás natural, argumentando, também, a favor de separar as atividades de óleo e gás natural na Petrobrás, bem como as atividades de transporte e comercialização de gás natural. Segundo o BIRD, devem ser criados órgãos reguladores, independente do governo, para garantir o cumprimento da regulamentação a ser estabelecida por uma Lei de Gás. Também faz proposta para um aumento do diâmetro do gasoduto para permitir a importação de gás por terceiros e ainda que o gás natural seja utilizado na geração de energia elétrica.

Quanto aos preços, sugere a modificação total, com elevação do preço relativo do óleo combustível, para beneficiar o uso do gás natural que, por sua vez, teria o preço interno regulado pelo custo de importação do gás da Bolívia. Além disso, o BIRD transcreveu, em seu relatório, cláusula sujeita a acordo de confiabilidade entre a Petrobrás e a YPFB.

As alternativas indicadas pelo BIRD levariam a uma mudança no quadro institucional do País e alterações que afetarão o âmbito do monopólio da União sobre a indústria de óleo e gás, terão reflexos sobre a segurança do abastecimento e na própria soberania do País. Não há qualquer garantia de que a abertura proposta pelo BIRD trará melhores condições de oferta e concorrência salutar. É portanto uma ingerência indevida e indesejável nos assuntos internos do País.

“O contrato da Petrobrás com o C.S. First Boston foi sem licitação. Mesmo dez meses antes deste ser formalizado, o C.S. First Boston já executara as suas tarefas, tendo acesso à todas as informações sensíveis da Petrobrás, pois precisava ter elementos de convencimento para abordar os potenciais sócios.”



14. SAÍDA PARA O PACÍFICO

“Em 1989, o presidente norte-americano, George Bush, fez fortes pressões diplomáticas sobre o governo do Japão, a fim de suspender o suposto financiamento para a conclusão da rodovia BR-364, que liga a Amazônia Ocidental brasileira ao Peru, sob pretexto ecológico. Esta saída para o Pacífico debilitaria o virtual monopólio norte-americano sobre o comércio com os países asiáticos. A interligação entre as bacias hidrográficas da Amazônia e do Prata, integrando o transporte fluvial e ferroviário, poderá aumentar o potencial da América Latina para combater seus problemas. Foi assinada, em 1969, pelos governos do Brasil, Bolívia e Peru, a Ata de Rio Branco, com poucos resultados até o momento. Já existem trechos rodoviários importantes construídos, tais como Porto Velho a Guajará-Mirim, Porto Velho a Rio Branco; interligações entre as bacias do rio Madeira e dos rios Mamoré e Guaporé.

Portanto, existem algumas alternativas para a saída pelo Peru e Norte do Chile. A região compreendida pelo Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Oeste da Amazônia, Norte do Paraguai e Bolívia é de grande fertilidade de terras e os níveis de precipitação fluvial permitiriam o seu desenvolvimento agrícola em larga escala. Mato Grosso do Sul recebe fertilizantes do Nordeste brasileiro, o que é muito oneroso devido à distância.”

“A Bolívia possui recursos florestais aproveitáveis para a produção de celulose e papel. A viabilidade de transporte tornaria a Bolívia grande fornecedora de petróleo, gás natural, estanho, prata, cobre, ouro, ferro e manganês. As jazidas de Urucum-Mutum, na fronteira com o Brasil, possuem reservas de cerca de 500 milhões de toneladas de manganês, a terceira reserva mundial. Há um projeto ferroviário de ligação dos portos de Santos, em São Paulo, e Arica, no Chile, para a qual só falta um trecho de 250 km em território boliviano. Esta estrada de ferro conta com a Fepasa, até Bauru, e a reforma da ferrovia Bauru-Santa Cruz.” O projeto alternativo facilitaria a negociação para esta saída para o Pacífico.

“A magnitude dos investimentos e os compromissos de longo prazo que terão que ser respeitados pelos governos futuros por, pelo menos, os próximos 20 anos, exigem a análise exaustiva de outras alternativas possíveis. O Ministério de Minas e Energia vetou estas iniciativas.”



15. PROJETO ALTERNATIVO

- a) Temendo atraso na assinatura do contrato definitivo com a Bolívia prevista para 17 de agosto de 1994, o Ministro das Minas e Energia determinou à Petrobrás que não mais considerasse qualquer projeto alternativo.

A magnitude dos investimentos e os compromissos de longo prazo que terão que ser respeitados pelos governos futuros, pelo menos nos próximos 20 anos, exigem a análise exaustiva de outras alternativas. O projeto sugerido pelo diretor da Petrobrás, José Machado Sobrinho, de cuja elaboração, também por sua iniciativa, participaram os seus assistentes, além da decisiva e competente coordenação do Dr. Gilvan Amorim, vice- presidente da Petrofértil, se enquadra, na opinião da AEPET, como uma alternativa muito melhor que a original. Portanto, deveria ser analisada com profundidade. Obedecendo a determinação do Ministro, a proposta foi retirada da pauta da Diretoria, da estatal.

- b) O projeto prevê uma central termoelétrica e uma fábrica de amônia e uréia na Bolívia, consumindo um milhão de m³/dia de gás cada uma, a um investimento da ordem de US\$ 650 milhões, a cargo da Bolívia; a restauração da estrada de ferro que interliga Corumbá a Bauru, construção de 200 containers criogênicos e vagões especiais, além de quatro unidades de liquefação do gás em Corumbá, com Investimentos da ordem de US\$ 280 milhões. Nesta configuração, denominada de primeira fase, há uma interligação com a rede ferroviária da FEPASA, em Bauru. Esta solução é muito mais vantajosa do que a solução anterior, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Investimento muito menor. Menor risco. Melhor fluxo de caixa.
- b) Comprovação gradual de demanda.
- c) Desenvolvimento sustentado da região Centro-Oeste.
- d) Não fere a Constituição Nacional. Não modifica a Lei 2004.
- e) Reativa a estrada de ferro Noroeste, altamente estratégica.
- f) Permite um crescimento mais racional e realista.
- g) Supre o Centro-Oeste de energia elétrica e de fertilizantes (hoje gargalos de desenvolvimento da região).
- h) Utiliza equipamentos nacionais, inclusive dutos que, pelo projeto original, dificulta a possibilidade de participação de empresas nacionais.
- i) Gera mais emprego e mais diversificação de atividades.
- j) Permite o fornecimento por fabricantes nacionais de tubos e equipamentos.
- l) Usa parceiros nacionais na distribuição do gás natural liquefeito, na construção de vagões, tanques equipamentos diversos.
- m) Antecipa a disponibilidade do gás da Bolívia no mercado nacional. O gás natural comercializado em containers criogênicos seria altamente competitivo para indústrias que consomem até 300 mil m³/mês, mesmo que servidos pela rede de gás canalizado. Parte considerável da energia consumida no processo de liquefação do gás, fornecido à temperatura de -160°C, poderia ser utilizada em frigoríficos, sistemas de ar condicionado e em processos industriais.
- n) Não precisa de parceiros multinacionais, nem de financiamento internacional. Abre a parceria com empresas nacionais.

- o) Evita o risco da falta de recursos.
- p) Toma o gás disponível a custos competitivos nas regiões situadas às margens do rio Paraguai, da hidrovía Tietê-Paraná e da Ferrovia Corumbá-Bauru, podendo ainda disponibilizar o gás nos ramais da FEPASA.
- q) Possibilita a construção gradual do gasoduto original na medida da comprovação do mercado e das reservas.

16. CONCLUSÃO

- a) Assinar o termo definitivo com a Bolívia, em 17 de agosto, é uma temeridade. É conveniente reestudar o projeto com novas alternativas. A Bolívia já se manifestou favorável ao adiamento.
- b) O projeto como concebido originalmente é antieconômico (taxa de retorno em torno de 10,4% ao ano), além de conter riscos elevados.
- c) O crescimento da demanda conforme previsto é matematicamente inviável.
- d) São Paulo e demais estados do Sul terão de fazer investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões para atender a consumidores que hoje, mal ou bem, estão atendidos.
- e) É menos arriscado empregar este dinheiro em obras mais prioritárias para o País.
- f) Deve-se desenvolver o mercado de forma progressiva e segura.
- g) Deve ser feita análise da matriz energética com mais precisão: deslocamento de óleo combustível e eletricidade.

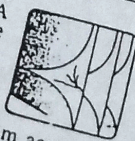


Collor assina na Bolívia acordo sobre gasoduto

AGUIBALDO NOGUEIRA
Enviado especial

SANTA CRUZ
DE LA SIERRA

— Os presidentes do Brasil, Fernando Collor, e da Bolívia, Jaime Paz Zamora, assinaram ontem um acordo para a construção do gasoduto que levará o gás boliviano para o Brasil. O projeto custará US\$ 1,89 bilhão, dos quais US\$ 1,42 bilhão serão investidos pelo Brasil até 1995, quando o gasoduto deverá entrar em operação. O restante é de responsabilidade da Bolívia e será para exploração do gás e construção do gasoduto até Porto Suarez, na fronteira com Mato Grosso.



Pelo acordo, válido por 20 anos, o Brasil pagará US\$ 22 por milhão de BTU — medida de energia britânica e equivalente a 105,5 kilocalorias — e a Petrobras venderá o gás a US\$ 25 por milhão de BTU para as companhias estaduais de gás, que distribuirão o produto em São Paulo, Minas Gerais e nos estados do Sul.

— O presente acordo facultará uma elevação do comércio bilateral e do conjunto das relações econômicas entre os nossos países, eliminando distorções geradas pelas limitações próprias do modelo de integração puramente comercial até agora vigente — afirmou Collor, durante a assina-

natura do acordo com o presidente boliviano.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Pratinho de Moares, nos próximos 90 dias deverão ser concluídas as negociações com os bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento para o financiamento do gasoduto. Nesse mesmo prazo, será detalhada a participação dos grupos privados na construção do gasoduto. A ideia do Governo é formar uma empresa de capital misto entre a Petrobras e grupos privados para explorar o gasoduto. Apesar das afirmações de representantes do Governo de que a construção do gasoduto terá a participação de empresas privadas, os empresários ainda não têm certeza disso. Eles temem por causa da Constituição — que termina que é monopólio da União, exercido pela Petrobras, a importação de um transporte de gás natural.

— Há muitos grupos privados interessados em participar desse projeto, mas não sabemos como poderemos atuar por causa da questão constitucional — afirmou o presidente do Grupo Itamaraty, Olacir de Moraes, que participou da solenidade de assinatura do acordo para construção do gasoduto. Na mesma linha pensa o presidente da Construtora Mendes Júnior, Murilo Valle Mendes. Segundo ele, há ainda muitas questões a serem decididas em torno do projeto antes que os grupos privados decidam participar dele em sociedade com a Petrobras.

“Uma das finalidades do Gasoduto é a quebra do monopólio estatal de petróleo. A Petrobrás fica, na média, com 45% e todos os riscos do empreendimento. E a Constituição Brasileira como fica?”



*“A estimativa de consumo
de gás feita para o projeto é de
18 milhões de m³/dia só no ano de 1995.
A realidade é bem diversa.
Hoje, as regiões Sul e Sudeste
consomem apenas 5,5 milhões m³/dia.
A Petrobrás tem disponível ainda
2 milhões de m³/dia.
Para o qual não há demanda.”*



Av. Almirante Barroso, 22 / 19º andar
Centro - RJ - CEP 20031-000 - Tel.: 220-4774

Jornalista Responsável: Celeste Cintra
Editoração Eletrônica: Ícone Comunicação & Arte - Tel.: 242-1833